

Colonização do Norte do Paraná: um olhar na perspectiva da administração e do meio ambiente

Valdir Gomes¹

Resumo

O trabalho tem por objetivo evidenciar as premissas, motivos e visão dos atores sociais que ocuparam e colonizaram a região Norte do Paraná, na sua fase pioneira. Para tanto, procurou-se refletir sobre as variáveis, mesmo que, por hipótese, influenciaram as decisões dos atores sociais que protagonizaram o processo de ocupação e colonização dessa área. A abordagem objetiva também delinear o cenário da paisagem inicial e sua evolução para os dias atuais, buscando equacionar a existência de atitudes e práticas preservacionistas ambientais. É importante ressaltar que a proposta é provocativa no sentido de (re) olhar para o processo desapegado de especificidades de uma ou outra área da ciência – seja ela administrativa, geográfica, histórica, econômica ou social, tendo, portanto, a pretensão de enquadrar-se na dimensão interdisciplinar.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Gestão Ambiental; Responsabilidade Social.

Abstract

This paper aims to highlight the assumptions, motive and the view of the social actors who occupied and colonized the North of Paraná in the pioneering phase. In this regard, we tried to ponder over the variables, even if, hypothetically, they had influenced on the social actors' decisions that performed the most prominent role on the occupation and colonization process of this area. The approach also aims to outline the initial landscape scenario and its evolution to the present day, seeking to equate the existence of attitudes and environmental preservationist practices. It's important to emphasize that the idea is provocative in the sense of giving another look at the detached process of specificity of one or another area of science – it may be in the administrative, geographical, historical, economic or social area, thus having the intention of framing in the interdisciplinary dimension.

Key words: Sustainability; Environmental Management; Social Responsibility.

1 Docente da Universidade Estadual de Maringá - UEM. Contato: vgomes@uem.br

Introdução

A sobrevivência da humanidade sempre esteve ligada à utilização dos recursos naturais, em épocas mais remotas, com um estilo de vida nômade e a retirada de recursos para alimentação e abrigo e, em épocas mais recentes, por meio de práticas de desmatamento, que acabaram se configurando como fundamentais ao avanço da agricultura e pecuária e extração de madeira para diferentes finalidades, assim como para disponibilizar espaço para loteamentos e habitações para assentamentos humanos.

De qualquer maneira, há na ação antrópica da exploração de subsistência para aquela da exploração com o objetivo de auferir lucros cada vez mais elevados diferenças fundamentais. Essa mudança decooreu da visão antropocêntrica, que sempre permeou a existência humana, produzindo consideráveis transformações no planeta sobretudo entre os séculos XVIII e XXI.

Além disso, nas organizações sociais observa-se ainda a predominância da visão econômica acerca do processo de desenvolvimento e crescimento econômico. Não se verifica maiores preocupações ambientais e sociais. Resulta então, a necessidade de se contrapor uma nova ótica na gestão organizacional que extrapola a simples mudança de pensamento. Conforme Capra (2001, p. 27), essa transição tem um significado mais amplo: “A mudança de paradigmas requer uma expansão não apenas de nossas percepções e maneira de pensar, mas também de nossos valores”.

Outro ponto significativo da ação antrópica é a visão de mundo das pessoas, onde cada indivíduo desenvolve um sistema próprio que é resultante da sua história de vida. Na verdade, esse sistema próprio fornece o sinal de referência para as ações que levam ao alcance das suas metas estabelecidas no modelo presente. Esse processo é dinâmico e recebe interferências do macroambiente e, especialmente, dos agentes de intervenção mais importantes em momentos ou épocas específicas.

Fillion (1989) propõe um modelo composto por quatro elementos que promovem a sustentação da visão de mundo, que se influenciam reciprocamente. São eles: a ‘*weltanschauung*’, a energia, a liderança e as relações. Conforme o autor, a ‘*weltanschauung*’ é aquilo que é significativo para a pessoa quando a realidade que o cerca é vista através dos seus filtros, como as atitudes, os valores e as intenções, assim ela não é definitiva, mas evolui continuamente, reformulada à luz do contexto em que o indivíduo opera ou pretende operar.

O segundo elemento, a energia, Fillion (1989) a define, em síntese, como o tempo alocado para atividades profissionais, bem como a intensidade com que elas são executadas. No caso da liderança, o terceiro elemento, seria necessário um

capítulo à parte para desenvolver uma compreensão razoável sobre sua conceituação, e isso não constitui objeto fundamental do presente estudo. Contudo, para Fillion (1989), a liderança resulta da *'weltanschauung'*, da energia e das relações, mas, reciprocamente, exerce influência sobre esses três elementos. Por fim, para o autor o sistema de relações, aparentemente, é o fator mais influente para explicar a evolução da visão. O processo de socialização primária e a família com certeza moldará os tipos de visões iniciais que o indivíduo possa desenvolver. A Figura 1 exemplifica as influências recíprocas entre as relações, as visões e as ações.

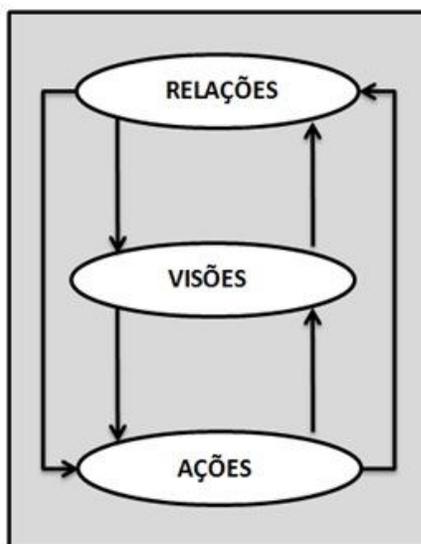


Figura 1 – As ligações entre o sistema de relações, as visões e as ações. Fonte: Fillion (1989).

Em sociedades como a brasileira, as principais forças influenciadoras na formação da visão dos indivíduos podem ser representadas esquematicamente pela Figura 2.



Figura 2 – Representação esquemática da visão do indivíduo.
 Fonte: Elaboração própria.

O presente artigo visa aplicar a metodologia desenvolvida por Fillion (1989) de entendimento da formação da visão de mundo dos indivíduos para o caso do processo de colonização do Norte Pioneiro do estado do Paraná.

O processo de ocupação do Norte do Paraná

As primeiras movimentações de colonizadores, nos limites territoriais do que viria a ser o estado do Paraná, ocorreram a partir do século XVI. Esse processo de ocupação, segundo explicação histórica de Pinheiro Machado (1951), pode ser dividido em três frentes pioneiras: a Paraná tradicional com avanço do litoral para o planalto; a da região Norte, ligada à onda cafeeira paulista; a da região Sudoeste com a corrente migratória do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

O foco da presente estudo é o movimento expansionista da região Norte Paranaense, sobre o qual Serra assim pondera:

Em fins do século XIX ocorre a desagregação da frente do Paraná velho, estruturada em cima da grande propriedade e tendo como suporte um sistema econômico alimentado basicamente pelo tropeirismo e a pecuária extensiva, e em seguida pela extração e beneficiamento de madeira e ervamate. Praticamente na mesma época entra em crise a economia cafeeira paulista motivada, entre outros fatores, pelo empobrecimento do solo nas antigas zonas produtoras. As duas situações, aparentemente distantes

entre si, vão ser significativas no deslocamento do movimento expansionista paranaense rumo à região Norte e na construção da estrutura socioeconômica paranaense do Paraná moderno. (SERRA, 1991, p. 27).

Essa frente pioneira não constitui o marco inicial da ocupação dessa região, embora tenha sido disseminada a ideia de que as densas florestas estavam à espera da sanha dos desbravadores e colonizadores. Exemplo disso é a obra *Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná*, editada em 1975, pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, que quase nada menciona sobre a existência de tribos indígenas, caboclos e posseiros. Passava-se a visão de que os que ocuparam a região eram verdadeiros heróis, omitindo-se o envolvimento ou embates com nativos que já habitavam a região. Contudo, a respeito dessa visão de que a região era um vazio demográfico, podemos destacar Correia e Steinke, que evidenciam:

Nos mapas de nosso estado, desde o final do século XIX até a década de 1950, o Norte do Paraná ou boa parte dele é representado como um grande “vazio demográfico”, uma extensa faixa de terras, com extensos municípios, ressaltando a ausência de representações que indiquem a presença humana, especialmente da constituição de aglomerados urbanos. Contudo, essa ideia do “vazio demográfico” foi intencionalmente construída durante boa parte do século XX. Mota (2005) nos mostra que tal representação é uma visão que os conquistadores fizeram de si mesmos. Geógrafos, historiadores, sociólogos, representantes da burocracia e empresas colonizadoras difundiram a noção dessa região como terra desabitada, sem aglomeração urbana, lugar de terras virgens e intocadas, terras devolutas e desconhecidas, vasto sertão, ilimitado deserto humano e vazio absoluto. Um ideário que, na verdade, acabou servindo de base para a apologia das companhias colonizadoras, justificando sua atuação, e contribuiu para a construção do mito do pioneiro/desbravador a preencher e domar heroicamente tão bravo espaço (CORREIA; STEINKE, 2012, p. 5).

Esses mesmos autores destacam que os registros dos trabalhos arqueológicos da chamada *Tradição Humaitá* identificam a presença de caçadores e coletores pré-históricos na região Sul do Brasil e áreas vizinhas ao Paraguai e Argentina. Nesse mesmo sentido, Mota (2005) destaca que os Guaranis, os Kaingang, os Xokleng e os Xetás formavam os quatro grandes grupos que ocupavam os vales dos grandes rios da região. Também Müller destaca que:

O povoamento do Norte do Paraná teve início no século XVII, por meio dos Jesuítas que aí instalavam várias missões. Esta região pertencia, então, à Província de Guaíra, que estava sob o domínio espanhol e foi com o conhecimento e apoio do governo da Espanha que os missionários fundaram reduções com o intuito de reunir e catequizar os índios Guaranis. Foi este o primeiro esboço do povoamento que não teve, no entanto, vida longa: já em fins do século XVII estavam as Missões inteiramente aniquiladas pelas incursões dos Bandeirantes paulistas, que expulsaram

para a margem direita do Paraná Índios e Jesuítas. Dessa primeira tentativa de colonização restam hoje apenas ruínas: no vale do Ivaí, as de Vila Rica e de Jesus Maria, e no vale do Paranapanema, as de Loreto e de Santo Inácio. (MÜLLER, 2007, p. 33).

Sobre o início do processo de colonização da região norte paranaense, Serra (1991), sinaliza a existência de um divisor entre a fase de ocupação espontânea e a fase de colonização que ocorre a partir da segunda década do século XX. A fase de ocupação planejada ou colonização é iniciada pelo próprio governo do Paraná e, depois, estendida para a iniciativa privada. Essa passagem à iniciativa privada atrai grandes grupos econômicos em função, de um lado, da facilidade na aquisição das terras e, de outro, do interesse pelas terras férteis (*terras roxas*) apropriadas para a cultura do café.

Outro aspecto de especial interesse foi o fato de que o desenvolvimento das lavouras cafeeiras no Paraná se processou em sucessivos movimentos e, assim, “ia se distanciando de suas tradicionais zonas de produção, em São Paulo, justamente tendo em vista, como principal motivo o esgotamento das potencialidades naturais da terra e as consequentes reduções dos índices de produtividade e lucratividade” (SERRA, 1991, p. 31). Esse movimento sequencial foi caracterizado como “uma caminhada para frente” (MONBEIG, 1984), traduzindo o espírito progressista da época.

Durante o século XX.o povoamento exigia a retirada da mata nativa para o plantio dos cafezais, processo esse que logicamente impactava na paisagem e alterava o equilíbrio ecológico. Apesar de também derivar impacto ambiental da ocupação pelos posseiros que se configuravam como nômades, a abordagem desse artigo está ancorada a partir da ocupação e uso com título de propriedade. Contudo, vale o registro de que ambas se assemelhavam, pois basicamente eram realizadas com a retirada da mata para a produção de subsistência e o excedente, caso houvesse, para comercialização.

Então, relativamente aos principais traços culturais, vale pontuar a influência do padrão cultural que já se verificara em terras paulistas. Isto é, apesar de somar à força braçal do homem o emprego de foice, machado e enxada, e o uso do arado e da tração animal, essa fixação do homem na terra não eliminou a prática das queimadas pelo caboclo. A prática das queimadas correspondia às dificuldades de explorar o solo tropical, fato que não se constituiu em prática unicamente brasileira, pois aparece como técnica em todo o mundo, uma vez que as cinzas serviam de adubo. De qualquer modo, vale destacar as ponderações de Candido:

A queima da vegetação rasteira, ainda hoje praticada como regra entre nós, mostra, todavia que a cinza resultante é buscada como fertilizador, embora em longo prazo o resultado seja mau, acarretando a degradação inevitável do solo. É o que pondera muito agudamente um geógrafo moderno: “A

queima do lote desbastado é talvez medida desastrosa, se estabelecermos as consequências totais". Deixa cinzas férteis, mas destrói, por hectare, de 700 a 1.200 t de matéria orgânica [...]. (CANDIDO, 1977 p. 45).

Do resgate do questionamento de Candido (1977, p. 5): "Mas poderia o lavrador tropical agir doutro modo?", a resposta parece óbvia: relativamente isolado, carente de meios de comunicação próprios de países pouco povoados, trazendo consigo a crença em práticas já usadas e as dificuldades próprias quanto à exploração de florestas tropicais fizeram desses desbravadores, tanto os denominados fazendeiros (predominantes no chamado Norte Velho) quanto os denominados sitiantes (predominantes no chamado Norte Novo) verdadeiros reféns do processo. Nesse cenário de dificuldades, Monbeig (1935) destaca que:

É, pois evidente que encontramos de novo aqui o problema comum a todos os países tropicais – o problema das vias de comunicação – problema complexo pois é inseparável das condições de povoamento e de economia mas também das condições técnicas. É preciso levar em conta a violência das chuvas que bem depressa carregam uma estrada traçada em declive um tanto forte; é preciso também lembrar que as passagens no fundo dos vales podem ficar facilmente obstruídas; acresce que no norte do Paraná o solo de terra roxa se torna rapidamente um imenso lamaçal. (MONBEIG, 1935, p.15).

A vinda desses desbravadores e pioneiros era exatamente com a finalidade de derrubar a mata para expandir as áreas agrícolas, e esse processo passa a dar significado ao conceito de desenvolvimento, contudo sem consciência das consequências de longo prazo. Quanto às ações do poder público, a responsabilidade da Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP - e sua sucessora, a Companhia Melhoramento Norte do Paraná – CMNP aplicavam o ideário de promoção de uma verdadeira reforma agrária na região. A própria CMNP faz a seguinte avaliação na obra *Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná*:

[...] a comparação do progresso ocorrido na área colonizada pela Companhia Melhoramento Norte do Paraná com o desenvolvimento de outras Regiões do Estado leva à conclusão de que o êxito não resultou exclusivamente da fertilidade do solo... Famílias vindas de todos os quadrantes do Brasil, na maioria das vezes tendo de seu unicamente a roupa do corpo, mas irmanadas no desejo de progredir, ali depositavam suas maiores esperanças. Desbravam a mata, cultivavam café, plantavam cidades, encontravam enfim sua oportunidade de possuir terra, de se tornarem proprietários. Até os trabalhadores mais humildes, graças à divisão da terra em lotes pequenos e às condições módicas de pagamento, conseguiam adquirir o seu pedaço de chão e nele semear suas esperanças. Desse trabalho resultou riqueza para muitos; do sistema de colonização que aceitaram decorreu a justa repartição dessa riqueza. E assim a democracia autêntica floresceu no Norte do Paraná, onde a iniciativa privada realizou

uma verdadeira, justa e pacífica reforma agrária (CMNP, 1975, p.148; p.150).



Figura 3 - Visão gráfica em perspectiva panorâmica do sistema de repartição de terras da CMNP. Fonte: CMNP (1975).

Não há como negar que a repartição em lotes pequenos com frente para estrada e testada para um curso de água significam virtudes de todo o processo. A respeito dessa configuração, Monbeig (1935) destaca:

E podemos agora imaginar como se vai organizar lentamente a estrutura agrária do país: cada parcela encosta pela parte alta na estrada, pela parte baixa no rio; os planos racionais, que recortam o território em lotes à venda permitem perceber o desenho das parcelas mais longas do que largas, em declive mais ou menos forte, mas sempre em declive, descrevendo uma auréola em torno de cada cabeceira de rio, de maneira a permitir a todos o acesso à água; este sistema, aliás, obriga a fachada sobre o rio a ser mais estreita do que a fachada sobre a estrada. (MONBEIG, 1935, p.15).

Por parte dessas companhias de colonização, orientações quanto às questões ambientais como preservação de matas ciliares e de nascentes, efeitos das queimadas, é praticamente inexistente na bibliografia consultada. Por outro lado, havia a orientação para a construção de moradias nas partes mais baixa dos lotes, ou seja, próxima dos rios, o que exigiu a ocupação e uso das áreas ribeirinhas incluindo aí possíveis áreas de preservação.

O governo tinha interesse em facilitar a ocupação e uso do solo com a expansão da fronteira agrícola, o que implicava no desflorestamento. Esse fato está evidenciado na publicação comemorativa do cinquentenário da CMNP:

Desde o ano do Centenário da Independência – 1922 – o Governo do Presidente Arthur Bernardes desenvolvia gestões para que técnicos ingleses viessem ao Brasil estudar sua situação financeira, econômica e

comercial com vistas, de um lado, à consolidação de nossa dívida para com a Inglaterra, e de outro, à reformulação do nosso sistema tributário. Pretendia o governo federal abolir os impostos diretos e instituir uma nova e eficiente sistemática de arrecadação.(CMNP, 1975, p. 42).

Essas ações governamentais acabaram por dar origem à chamada Missão Montagu, nome dado à missão inglesa em razão da mesma ser chefiada pelo Lord Montagu, e em cuja comitiva se encontrava o Lord Lovat que, além de assessorar a missão, “tinha como incumbência dos acionistas da Sudan Plantation estudar a possibilidade de vir essa poderosa companhia inglesa aplicar seus capitais no Brasil” (CMNP, 1975, n.d.). Conforme Correia e Steinke (2012), se analisado em escala nacional, o processo de colonização do Norte do Paraná insere-se num cenário de expansão da economia capitalista e de realinhamento do papel da agricultura de acordo com um novo modelo de acumulação de capital, implantado a partir de 1930. Esses autores destacam que:

Se a expansão da economia capitalista no Brasil, a partir de 1930, de base industrial, exigia a expansão da fronteira agrícola e sua incorporação subordinada ao mercado capitalista, a ação resultante requerida era o desflorestamento de imensas áreas. Nesse aspecto, foi utilizada uma nova tática de ataque às florestas, certamente mais rápida e mais completa: a divisão das terras em pequenas propriedades, o que explica o fato de remanescentes florestais estarem em grandes propriedades. (CORREIA; STEINKE, 2012, p. 7).

Como decorrência da colonização, a região norte paranaense, antes coberta por densa floresta tropical estacional semidecidual, conserva hoje apenas em torno de 5% daquela vegetação original. Conforme dados da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, restam hoje no Paraná apenas 20% das florestas primitivas, concentrados basicamente na Serra do Mar, Parque Nacional do Iguaçu e região centro-sul. Por outro lado, especificamente sobre a floresta estacional semidecidual, a SEMA indica que pode ser considerada a floresta mais ameaçada do Paraná:

Restam apenas 3,4% do total onde antes ocorria. Localiza-se no norte e oeste do Estado do Paraná. Região do terceiro planalto, sendo que sua distribuição original ocupava 37,3% da área do Estado, estendendo-se na forma de arco desde o sudoeste Paranaense no baixo Iguaçu, até a porção nordeste, na bacia hidrográfica do Itararé, já na divisa com o Estado de São Paulo.²

2 Disponível em <http://www.sema.pr.gov.br> Acesso em jan de 2014.

Abordando as consequências da devastação das matas paranaenses, Maack (1968) já sinalizava a impossibilidade de criação de reservas florestais racionalmente distribuídas:

Agora é demasiado tarde para reservar para o Estado do Paraná áreas de mata virgem racionalmente distribuídas. O último resto de mata pluvial, que durante séculos, até 1955, isolou e resguardou o espaço vital dos índios Xetá, evitando sua descoberta e destruição, foi finalmente vítima da expansão irracional da cultura cafeeira à regiões inadequadas. (MAACK, 1968, p. 232).

Essa percepção de Maack pode ser ilustrada pela figura 4 onde percebe-se, em primeiro plano, um desmatamento realizado em área localizada entre Nova Esperança e São João do Caiuá, com formação geológica de Arenito Caiuá, e em segundo plano, a área ainda coberta com a floresta.



Figura 4 - Derrubada da mata pluvial-tropical no Norte do Paraná.
Fonte: Maack (1968).

Acreditamos que ocorreu a construção de um imaginário que equiparava a floresta a mato, como "coisa abandonada" e, por extensão, desflorestar significava manter limpo, trazer o desenvolvimento e, acima de tudo, manter o direito de posse. Esse imaginário, associado à necessidade de sobrevivência, bem como saldar compromissos financeiros assumidos com a aquisição da terra, formam um panorama fértil para justificar a forma como se processou a colonização do Norte do Paraná.

Na verdade, não há saída possível que não a continuidade da produção de bens e serviços necessários para a vida humana. Contudo, estamos diante de um desafio difícil de ser equacionado. Nesse sentido, em uma perspectiva global, o olhar para o futuro sinaliza a dimensão do desafio. Isto é, o tamanho da população e as demandas para a sua sobrevivência e melhoria da qualidade de vida.

Nessa direção, o relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1991, já indicava que os 5 bilhões de seres humanos de então tinham de encontrar espaço num contexto finito, para outro mundo de seres humanos que estava por vir. Esse mesmo relatório destaca que, de acordo com projeções da ONU, em algum momento do século atual a população poderá atingir entre 8 e 14 bilhões de pessoas, cujo aumento ocorrerá substancialmente nos países mais pobres (mais de 90%) e em cidades já superpovoadas (90%):

A atividade econômica multiplicou-se para gerar uma economia mundial de US\$13 trilhões, que pode quintuplicar ou decuplicar nos próximos 50 anos. A produção industrial cresceu mais de 50 vezes no último século, sendo que quatro quintos desse crescimento se deram a partir de 1950. Esses números refletem e prefiguram profundos impactos sobre a biosfera, à medida que o mundo investe em habitação, transporte, agricultura e indústria. Grande parte do crescimento econômico se faz à custa de matérias-primas de florestas, solos, mares e vias navegáveis. (NOSSO FUTURO [...], 1991, p. 5).

Conforme a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, essas novas tecnologias “engendra(m) sérios riscos, como novos tipos de poluição e o surgimento, no planeta, de novas variedades de formas de vida que podem alterar os rumos da evolução” (NOSSO [...], 1991, p. 5). A utilização de novas tecnologias demanda a necessidade de novos conhecimentos que, por sua vez, produzem um contexto que nos envolve e rodeia de sistemas e tecnologias altamente complexos que cada vez mais vão dominando todos os aspectos das nossas vidas, mudanças em velocidade que ultrapassa a compreensão das pessoas pressionando indivíduos e organizações:

Como se isso não fosse suficiente causa de alarde, tornam-se cada vez mais evidentes que nossos sistemas industriais complexos, tanto sob o aspecto da organização quanto sob o da tecnologia, constituem a força principal de destruição do ambiente planetário e, em longo prazo, a principal ameaça à sobrevivência da humanidade. Para construir uma sociedade sustentável para nossos filhos e as gerações futuras, temos de repensar desde a base uma boa parte das nossas tecnologias e instituições sociais, de modo a conseguir transpor o enorme abismo que se abriu entre os projetos humanos e os sistemas ecologicamente sustentáveis da natureza. (CAPRA, 2002, p. 110).

Nesse cenário, Leff (2007) destaca a necessidade de romper o domínio da racionalidade econômica baseada na produção e consumo máximos e da lógica do

capitalismo que impõe a geração de excedentes. Além disso, a racionalidade econômica não reconhece que o ambiente se configura como um campo de externalidades:

O custo social da destruição ecológica e da degradação ambiental gerada pela maximização do lucro e dos excedentes econômicos em curto prazo começa a dar impulso à emergência de novos atores sociais mobilizados por valores, direitos e demandas que orientam a construção de uma racionalidade ambiental. (LEFF, 2009, p. 96).

Em contraponto, Leff (2009) enfatiza a necessidade de operarmos conforme a racionalidade ambiental, buscando a construção de novas formas produtivas que considerem uma perspectiva econômica com ênfase em um efetivo livre mercado. Essa perspectiva funcionará como um mecanismo de internalizar as externalidades ambientais e, por outro lado, proporcionará a valorização da natureza reposicionando a ordem da vida em termos de capital humano e natural.

Esse cenário macro forma o pano de fundo em que se situa as questões nacionais, estaduais e regionais. Na verdade, há que se construir um novo ideário que conduza a uma nova consciência, assim como conduza a resultados diferentes daqueles que produzimos até agora. Sem adentrarmos em desdobramentos de ações, pois não é objeto da presente abordagem, no caso do Norte do Paraná se faz necessário a adoção de um plano de recuperação e manejo das áreas de preservação permanente, matas ciliares, assim como, de conservação e reflorestamento das nascentes.

Considerações finais

A paisagem resultante do processo de ocupação e colonização do Norte do Paraná permite, entre outras, evidenciar as seguintes questões: Quais foram as premissas e bases que deram suporte à gestão do processo de ocupação e uso do solo? Será que aquelas premissas relativas à sustentabilidade e preservação ambiental figuraram entre as prioritárias?

A retração da vegetação nativa na região norte do estado do Paraná mostra o avanço vertiginoso da área antropizada. Além disso, com o descumprimento das regras legais à época estabelecidas pelo Código Florestal de 1934, denota também a ausência do poder público com ações de fiscalização e orientação durante o desenvolvimento do processo de colonização.

Essa omissão do Estado combinada com o modelo mental dos colonizadores que já estava sedimentado pelo conceito de que a permanência da mata significava subdesenvolvimento, suas necessidades de subsistência e, em muitos casos,

compromissos financeiros assumidos com a aquisição da terra, formaram a base do processo de colonização sem quaisquer critérios de preservação do meio ambiente. Por outro lado, a maioria dos colonizadores não possuía conhecimentos técnicos avançados, mas tão somente experiências adquiridas na prática ou herdadas das gerações anteriores. Esses fatores foram determinantes para que eles interferissem no equilíbrio ecológico, modificando as relações do grupo com o meio.

Logicamente que a simples presença dos colonizadores já denota um determinado grau de interferência no ambiente, contudo a retirada da mata e a expansão agrícola se deram de forma devastadora e desprovida de conhecimento e orientação quanto à adoção de atitudes preservacionistas. Os pioneiros foram literalmente esquecidos, ficando, inclusive, livres da presença do Estado, que poderia exercer a função de orientador, na fase inicial e, após, a função de fiscalizador no sentido de cumprimento das leis ambientais existentes na época.

É importante ainda destacar as influências do macroambiente, incluindo aquelas ligadas à dívida externa brasileira. A própria Companhia de Terras Norte do Paraná (CNTN) foi criada como subsidiária da *Paraná Plantation Inc.*, e a vinda desse grupo inglês estava ligada ao equacionamento da dívida brasileira com a Coroa Inglesa.

A situação em que a humanidade se encontra atualmente e o seu direcionamento futuro ainda são regidos pelo paradigma construído a partir da crença de que a lógica do capitalismo baseada no consumo e produção promove o desenvolvimento – no caso, confundido com crescimento – e na existência de recursos infinitos.

Na realidade, se buscarmos uma avaliação acerca dos recursos naturais que formam a base primária, a literatura indicará a classificação tradicional em renováveis (ar, energia solar, água, plantas, animais etc.) e não renováveis (areia, argila, minérios, carvão mineral, petróleo etc.) que, sem dúvidas, considera o fator tempo na dimensão humana acima do tempo necessário para a renovação de um dado recurso.

Portanto, se a demanda por bens e serviços continuar pressionada, por um lado, pelo crescimento quantitativo da população e, por outro, pelo crescimento vegetativo em razão da melhoria da qualidade de vida e do consumismo impulsionado pelo modelo capitalista de consumo e produção máximos, estamos construindo uma equação sem solução.

Referências

CANDIDO, Antonio. Os parceiros do Rio Bonito. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

- CAPRA, Fritjof. *As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável*. 1. ed. São Paulo: Cultrix, 2002.
- CARVALHO, Márcia Sequeira de; FRESCA, Tânia Maria (Org.). *Geografia e Norte do Paraná: um registro histórico*. Vol. 1 e 2. Londrina: Edições Humanidades, 2007.
- COMPANHIA MELHORAMENTOS DO NORTE DO PARANÁ. *Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná*, 1975.
- CORREIA, Jorge Luiz; STEINKE, Rosana. *Colonização do Norte do Paraná (1925 – 1960): apontamentos acerca de seu estudo e da produção de um material didático*. Disponível em: <www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2424-8.pdf>.
- FILION, L.J. Le développement d'une vision: un outil stratégique à maîtriser. *Gestion*, 14(3), set., 1989.
- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES. www.ipardes.gov.br
- LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- _____, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade e complexidade*, 7. Ed., Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- MAACK, R. *Geografia Física do Estado do Paraná*. Curitiba: Banco de Desenvolvimento do Paraná - UFPR - Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas. 1968.
- MONBEIG, Pierre. A zona pioneira do Norte do Paraná. *Geografia*. In: Associação dos Geógrafos Brasileiros. São Paulo: n. 3 – Ano 1, 1935, p. 221 a 236.
- _____, *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo, HUCITEC, 1984.
- NOSSO FUTURO COMUM. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2. ed., Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná. Disponível em <http://www.meioambiente.pr.gov>
- SERRA, Elpidio. *Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná*. 1991. 361 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 1991.

Recebido em Maio de 2014.
Publicado em Junho de 2015.